

Associação  
**BemEstar**  
Santa Maria de Lamas

# Demonstrações Financeiras

2021

**ERPI – ANTÓNIO FERREIRA AMORIM**

RUA SOCIAL N.º 110  
4535-405 SANTA MARIA DE LAMAS  
☎ 227455474 / 962089026

**CENTRO INFANTIL**

RUA ELEITO LOCAL N.º150  
4535-405 SANTA MARIA DE LAMAS  
☎ 227442339 / 962089033

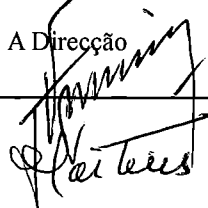
[geral@abesml.pt](mailto:geral@abesml.pt)  
[www.abesml.pt](http://www.abesml.pt)

ASSOCIAÇÃO BEM ESTAR DE SANTA MARIA DE LAMAS  
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

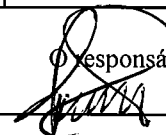
Contribuinte: 501846840  
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2021	31 DEZ 2020
<b>ACTIVO</b>			
<b>Activo não corrente</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1, 5	3 035 683,43	3 112 186,18
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	3.2.2, 6	0,00	0,00
Investimentos financeiros	3.2.3, 14.1	3 398,72	2 624,13
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		<b>3 039 082,15</b>	<b>3 114 810,31</b>
<b>Activo corrente</b>			
Inventários	3.2.4, 8	3 240,18	3 061,71
Créditos a receber	3.2.5, 14.3	25 917,04	22 945,00
Estado e outros entes públicos	14.9	6 607,83	2 327,61
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5, 14.2	124,00	124,00
Diferimentos	14.5	7 060,57	10 435,07
Outros ativos correntes	14.4	12 539,52	13 485,34
Caixa e depósitos bancários	3.2.5, 14.6	234 419,12	243 611,21
		<b>289 908,26</b>	<b>295 989,94</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>3 328 990,41</b>	<b>3 410 800,25</b>
<b>FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO</b>			
<b>Fundos patrimoniais</b>			
Fundos	3.2.6, 14.7	313 419,99	313 419,99
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	3.2.6	263 981,50	226 885,96
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	3.2.6, 14.7	1 547 734,91	1 577 221,22
		<b>2 125 136,40</b>	<b>2 117 527,17</b>
Resultado líquido do período		46 523,09	37 095,54
<b>Total dos fundos patrimoniais</b>		<b>2 171 659,49</b>	<b>2 154 622,71</b>
<b>Passivo</b>			
<b>Passivo não corrente</b>			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.8, 7	669 938,60	733 192,82
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		<b>669 938,60</b>	<b>733 192,82</b>
<b>Passivo corrente</b>			
Fornecedores	3.2.5, 14.8	61 278,80	92 092,65
Estado e outros entes públicos	14.9	33 235,87	36 528,45
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	3.2.5, 14.2	0,00	0,00
Financiamentos obtidos	3.2.8, 7	175 490,60	140 092,16
Diferimentos	16.4	4 142,01	4 007,29
Outros passivos correntes	14.10	213 245,04	250 264,17
		<b>487 392,32</b>	<b>522 984,72</b>
<b>Total do passivo</b>		<b>1 157 330,92</b>	<b>1 256 177,54</b>
<b>Total dos fundos patrimoniais e do passivo</b>		<b>3 328 990,41</b>	<b>3 410 800,25</b>

A Direcção



O Responsável



CC 10241

ASSOCIAÇÃO BEM ESTAR DE SANTA MARIA DE LAMAS  
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS  
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021

Contribuinte: 501846840

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	9	719.651,08	541.991,15
Subsídios, doações e legados à exploração	10, 14.11	687.188,48	697.587,30
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	104.138,77	89.796,64
Fornecimentos e serviços externos	14.12	258.043,36	235.258,33
Gastos com o pessoal	12	896.338,18	793.686,42
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	14.3	100,00	1.908,23
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		198,55	0,00
Outros rendimentos	14.13	39.796,38	31.998,89
Outros gastos	14.14	4.180,64	3.531,98
<b>Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos</b>		<b>183.636,44</b>	<b>147.395,74</b>
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5, 6	119.437,17	97.016,63
<b>Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)</b>		<b>64.199,27</b>	<b>50.379,11</b>
Juros e rendimentos similares obtidos	14.15	0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	7, 14.15	17.676,18	13.283,57
<b>Resultados antes de impostos</b>		<b>46.523,09</b>	<b>37.095,54</b>
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
<b>Resultado líquido do período</b>		<b>46.523,09</b>	<b>37.095,54</b>

*Handwritten signature*  
 \_\_\_\_\_

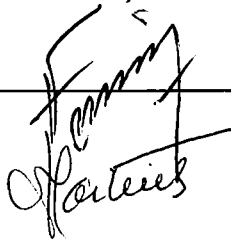
*Handwritten signature* . CC-10041  
 \_\_\_\_\_

**ASSOCIAÇÃO BEM ESTAR DE SANTA MARIA DE LAMAS**  
**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA**  
**PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021**

Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2021	2020
<b>Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo</b>			
Recebimentos de Clientes e Utentes	3.2.5 , 14.3	715 917,29	539 050,10
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores	3.2.5 , 14.8	401 258,13	345 805,72
Pagamentos ao pessoal	3.2.5 , 12, 14.10	610 733,11	539 810,44
Caixa gerada pelas operações	3.2.5 , 12, 14.10	-296 073,95	-346 566,06
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		428 497,25	629 999,28
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		132 423,30	283 433,22
<b>Fluxos de caixa das actividades de investimento</b>			
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Ativos fixos tangíveis	3.2.1 , 5	96 083,43	596 454,07
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento	14.7	0,00	99 112,35
Juros e rendimentos similares	14.15	0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		-96 083,43	-497 341,72
<b>Fluxos de caixa das actividades de financiamento</b>			
<b>Recebimentos provenientes de:</b>			
Financiamentos obtidos		0,00	375 000,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		0,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
<b>Pagamentos respeitantes a:</b>			
Financiamentos obtidos	7	35 350,97	10 150,38
Juros e gastos similares	14.15	10 180,99	5 830,36
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		-45 531,96	359 019,26
<b>Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)</b>		<b>-9 192,09</b>	<b>145 110,76</b>
<b>Efeito das diferenças de câmbio</b>		<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no início do período</b>		<b>243 611,21</b>	<b>98 500,45</b>
<b>Caixa e seus equivalentes no fim do período</b>		<b>234 419,12</b>	<b>243 611,21</b>

A Direcção



O Contabilista Certificad





## ANEXO

### 1 - Identificação da Entidade

A “ASSOCIAÇÃO DE BEM ESTAR DE SANTA MARIA DE LAMAS” é uma instituição particular sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Associação, com estatutos publicados no Diário da República n.º 72, Série III, com sede em RUA SOCIAL 110, freguesia de Santa Maria de Lamas. A associação tem como objetivos principais o apoio à infância e juventude, a educação pré-escolar, o apoio à família, o apoio às pessoas idosas com e sem alojamento, o apoio à integração social e comunitária. Secundariamente, a associação propõe-se desenvolver os seguintes objetivos: a educação e formação profissional dos cidadãos, a prevenção, promoção e proteção da saúde, nomeadamente através da prestação de cuidados de medicina preventiva, curativa e de reabilitação e assistência medicamentosa. As respostas sociais e atividades desenvolvidas são:

- Creche
- Pré-Escolar
- ATL
- ERPI
- SAD
- C. Dia
- C. Convívio
- Cantina Social

### 2 - Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2021, as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) e é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015 de 24 de Julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015 de 23 de Julho;

- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259-B/2015 de 29 de Julho;
- Normas Interpretativas (NI)

### 3 - Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

#### 3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

##### 3.1.1 Regime do Acréscimo (*periodização económica*):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registadas nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

##### 3.1.2 Continuidade:

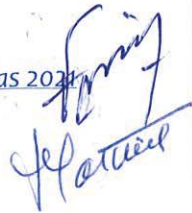
Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

##### 3.1.3 Compreensibilidade

As Demonstrações Financeiras devem ser de fácil compreensão para os Utentes da informação que relatam. Contudo, não devem ser evitadas matérias complexas, dado que elas são, por norma, fundamentais à tomada de decisão.

##### 3.1.4 Relevância

Toda a informação produzida é relevante quando influencia a tomada de decisões dos utentes, ajudando a compreender o passado, realizar o presente e projetar o futuro, expurgando erros ou ineficiências.



### **3.1.5 Materialidade**

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade é dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

### **3.1.6 Fiabilidade**

A informação apenas é útil se for fiável. Para tal, deve estar expurgada de erros e preconceitos que vão enviesar a tomada de decisão. Mais do que opiniões, ela deve refletir factos consolidados e comprovados.

### **3.1.7 Representação Fidedigna**

A fiabilidade da informação adquire-se com a representação fidedigna das transações e outros acontecimentos que se pretendem relatar. Mesmo que sujeita a riscos, deve haver a preocupação constante de mensurar todos os valores, recorrendo a ferramentas e factos que documentem e confirmam segurança na hora da tomada de decisão.

### **3.1.8 Substância sobre a forma**

Os acontecimentos devem ser contabilizados de acordo com a sua substância e realidade económica. A exclusiva observância da forma legal pode não representar fielmente determinado acontecimento. O exemplo pode ser dado quando se aliena um ativo, mas se continua a usufruir de benefícios gerados por esse bem, através de um acordo. Neste caso, o relato da venda não representa fielmente a transação ocorrida.

### **3.1.9 Neutralidade**

A informação deve ser neutra. As opiniões e preconceitos são atitudes que enviesam a tomada de decisão.

### **3.1.10 Prudência**

A incerteza e o risco marcam o quotidiano das organizações. As dívidas incobráveis, as vidas úteis prováveis, as reclamações em sede de garantia conferem graus de incerteza mais ou menos relevantes que devem ser relevados nas demonstrações financeiras.

Contudo, deve manter-se rigor nesta análise, de forma a não subavaliar ou sobreavaliar os acontecimentos, não criar reservas ocultas, nem provisões excessivas.

### **3.1.11 Plenitude**

A informação é fiável quando, nas demonstrações financeiras, respeita os limites de materialidade e de custo. Omissões podem induzir em erro, pois podem produzir dados falsos ou deturpadores da realidade e levar a decisões erradas.

### **3.1.12 Comparabilidade**

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

## **3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração**

### **3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis**

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição inicialmente registado inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessária para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.



*Fórmula  
Partes*

As depreciações são calculadas assim que os bens estão em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, aplicando o regime de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	6 a 50
Equipamento básico	6 a 10
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	1 a 6
Outros Ativos fixos tangíveis	6

O ganho ou a perda resultante da alienação ou abate de um ativo fixo tangível é determinado como a diferença entre o justo valor do montante recebido na transação ou a receber e a quantia líquida de depreciações acumuladas escriturada do ativo e é reconhecido em resultados no período em que ocorre o abate ou a alienação.

### 3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontram na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Projetos de Desenvolvimento	
Programas de Computador	2
Propriedade industrial	
Outros Ativos Intangíveis	

### 3.2.3 Investimentos financeiros

A lei nº 70/2013, de 30 de Agosto criou dois fundos de compensação do trabalho. O fundo de compensação do trabalho (FCT) e o fundo de garantia de compensação do

Famim  
Participações

trabalho (FGCT), cujo objetivo visa garantir aos trabalhadores o recebimento de metade da compensação devida por cessação do contrato de trabalho.

As participações para o FCT devem ser reconhecidas no balanço como ativo, atendendo a que se trata de um fundo de capitalização com possibilidade de reembolso desses montantes.

Estes ativos financeiros são mensurados pelo custo.

#### **3.2.4 Inventários**

Os “Inventários” estão registados ao custo de aquisição. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio, em sistema de inventário permanente.

#### **3.2.5 Instrumentos Financeiros**

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

#### **Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros**

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período, sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade, estão registados no ativo pela quantia realizável.

#### **Créditos a Receber**

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registados pelo seu custo estando deduzidos no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estes se encontram reconhecidos, para assim retratar o valor realizável líquido.

As “Perdas por Imparidade” são registadas na sequência de eventos ocorridos que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).

#### **Caixa e Depósitos Bancários**

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo, que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.



## **Fornecedores**

As dívidas registadas são contabilizadas pelo seu valor nominal.

### **3.2.6 Fundos Patrimoniais**

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos, após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

Relativamente aos **Subsídios**, estes apenas são reconhecidos quando há uma certeza razoável de que a Instituição irá cumprir com as condições a eles associadas e de que os mesmos irão ser recebidos.

Os subsídios não reembolsáveis relacionados com ativos fixos tangíveis e intangíveis são inicialmente reconhecidos nos Fundos Patrimoniais e subsequentemente imputados, numa base sistemática, como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem. Consideram-se subsídios não reembolsáveis quando exista um acordo individualizado de concessão de subsídio a favor da Instituição, se tenham cumprido as condições estabelecidas para a sua concessão e não existam dúvidas de que os subsídios são recebidos.

Os subsídios à exploração são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados na rubrica “Outros rendimentos e ganhos”, no mesmo exercício em que são reconhecidos os gastos das ações e atividades subsidiadas.

Relativamente às **Doações**, os ativos recebidos por herança ou doação, são registados no ativo, ao justo valor. De acordo com o preconizado na Portaria 106/2011, de 14 de março, as doações que estejam associadas a ativos depreciables/amortizáveis, são inicialmente registadas na rubrica “Outras variações nos fundos patrimoniais - Doações”, sendo transferidas, numa base sistemática, para a rubrica da demonstração dos resultados “Outros rendimentos – Imputação de doações para investimentos”, à medida que forem sendo contabilizadas as depreciações dos bens a que respeitam.

### **3.2.7 Provisões**

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e os quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação.

Fernando  
Horta

Assim, a Entidade deverá reconhecer uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

### **3.2.8 Financiamentos Obtidos**

#### **Empréstimos obtidos**

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos.

Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na “Demonstrações de Resultados” e na rubrica “Juros e Gastos suportados”.

Os “Encargos Financeiros” dos empréstimos obtidos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica (obra sede), são capitalizados como parte integrante do custo desse ativo.

A capitalização destes encargos só se inicia quando começam a ser incorridos dispêndios com o ativo e prolongam-se enquanto estiverem em curso as atividades indispensáveis à preparação do ativo para o seu uso ou venda. A capitalização cessa quando todas as atividades necessárias para preparar o ativo para o seu uso estejam concluídas.

#### **Locações:**

Na locação operacional, as rendas são reconhecidas como gasto do período na rubrica de “fornecimento e serviços externos”.

### **3.2.9 Estado e Outros Entes Públicos**

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

“As pessoas coletivas de utilidade pública administrativa;

As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas;

As pessoas coletivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.”

## 4 - Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros:

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas, nem foram identificados erros materiais.

## 5 - Ativos Fixos Tangíveis

### Bens do domínio público

A Entidade usufrui dos seguintes “Ativos Fixos Tangíveis” do domínio público:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Praceta Rosa Amorim	0,00	14 955,00	0,00	0,00	14 955,00

### Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2020 e de 2019, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Terrenos e recursos naturais	347 200,00	0,00	0,00	0,00	347 200,00
Edifícios e outras construções	2 848 032,53	10 137,16			2 858 169,69
Equipamento básico	322 881,05	18 174,25	(10 418,70)		330 636,60
Equipamento de transporte	238 209,23		(16 709,72)		221 499,51
Equipamento administrativo	24 142,37	4 711,01	(2 553,42)		26 299,96
Ativos fixos tangíveis em curso	5 043,00	9 912,00		(14 955,00)	0,00
<b>Total</b>	<b>3 785 508,18</b>	<b>42 934,42</b>	<b>(29 681,84)</b>	<b>(14955,00)</b>	<b>3 783 805,76</b>

*Fanny  
Hortales*

Depreciações acumuladas					
Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Edifícios e outras construções	222 469,20	96 850,59	0,00	0,00	319 319,79
Equipamento básico	198 538,64	21 979,21	(10 418,70)	0,00	210 099,15
Equipamento de transporte	238 209,23	0,00	(16 709,72)	0,00	221 499,51
Equipamento administrativo	14 104,93	1 527,11	(2 553,42)	0,00	13 078,62
<b>Total</b>	<b>673 322,00</b>	<b>119 897,04</b>	<b>(29 681,84)</b>	<b>0,00</b>	<b>763 997,07</b>

## 6 - Ativos Intangíveis

### Outros Ativos Intangíveis

Descrição	Saldo inicial	Aquisições / Dotações	Abates	Regularizações	Saldo final
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos Desenvol.	0,00	0,00	0,00	0,00	,00
Prog. Computador	4 302,54	0,00	0,00	0,00	4 302,54
Propriedade Indust.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O. Ativos Intang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4 302,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 302,54</b>

Depreciações acumuladas					
Goodwill	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Projetos Desenvol.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Prog. Computador	4 302,54	0,00	0,00	0,00	4 302,54
Propriedade Indust.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
O. Ativos Intang.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>4 302,54</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>	<b>4 302,54</b>

## 7 - Financiamentos obtidos

Os financiamentos obtidos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 são detalhados conforme segue:

Descrição	2021			2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	75 583,24	669 938,60	745 521,84	15 184,80	733 192,82	748 377,62
Locações Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Descobertos Bancários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contas caucionadas	99 907,36		99 907,36	124 907,36		124 907,36
Contas Banc. de Factoring	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>175 490,60</b>	<b>669 938,60</b>	<b>845 429,20</b>	<b>140 092,16</b>	<b>733 192,82</b>	<b>873 284,98</b>

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como gastos, à medida que são incorridos.

Os planos de reembolso da dívida da Entidade, referente a empréstimos obtidos, no ano de 2021 e 2020, detalham-se como se segue:

Descrição	2021			2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até 1 ano	35 350,97	5 511,00	40 861,97	0,00	2 209,78	2 209,78
De 1 a 5 anos	0,00	7 495,19	7 495,19	40 462,57	7 735,36	48 197,93
Mais de 5 anos	0,00	4 669,99	4 669,99	0,00	2 946,75	2 946,75
<b>Total</b>	<b>35 350,97</b>	<b>17 676,18</b>	<b>53 027,15</b>	<b>40 273,85</b>	<b>11 377,57</b>	<b>51 651,42</b>

## 8 - Inventários

Em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020 a rubrica “Inventários” apresentava os seguintes valores:

Descrição	2021				2020		
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Matérias-primas, subsid. e de consumo	3 061,71	103 327,26	1 036,88	3 287,08	90 641,62	0,00	3 061,71
<b>Total</b>	<b>3 061,71</b>	<b>103 327,26</b>	<b>1 036,88</b>	<b>3 287,08</b>	<b>90 641,62</b>	<b>0,00</b>	<b>3 061,71</b>
Custo das Mercadorias Vendidas	0,00	0,00	0,00	104 138,77	0,00	0,00	89 796,64

## 9 - Rédito

O Rédito reconhecido pela instituição para os exercícios de 2021 e 2020 é detalhado conforme segue:

Descrição	2021	2020
Vendas	0,00	0,00
<b>Prestação de Serviços</b>		
Quotas de utilizadores	712 423,08	538 595,15
Quotas e joias	7 228,00	3 396,00
Promoções para captação de recursos	0,00	0,00
Rendimentos de patrocinadores e colaborações	0,00	0,00
Juros	0,00	0,00
Royalties	0,00	0,00
Dividendos	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>719 651,08</b>	<b>541 991,15</b>

## 10 - Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a instituição tinha os seguintes saldos nas rubricas de “Subsídios do Governo à Exploração”:

Descrição	2021	2020
<b>Subsídios à Exploração do Governo</b>		
<b>Do Instituto de Segurança Social</b>		
Comparticipações	591 616,10	592 703,23
Programa Pré-Escolar-Compensação Salarial	18 760,80	26 064,84
Outros apoios	118,80	392,46
Apoios Covid-19	22 543,58	23 745,90
Apoio Adaptar Social+	0,00	7 851,34
<b>Do Instituto do Emprego e Formação Profissional</b>		
Estágios Profissionais	690,58	6 237,63
Programa Emprego Inserção	0,00	0,00
Outros Programas (MARREES)	15 490,09	1 769,86
Outros Programas (Incentivo Ext. à normalização da atividade)	21 280,00	16 510,00
<b>Autarquias</b>		
Câmara Municipal de Santa Maria da Feira-Protocolo	5 864,25	5 935,75
Junta de Freguesia	600,00	300,00
<b>Outras Instituições/Programas</b>	<b>3 439,28</b>	<b>5 285,27</b>
<b>Doações e legados</b>	<b>6 785,00</b>	<b>10 791,02</b>
<b>Total:</b>	<b>687 188,48</b>	<b>697 587,30</b>



*Famiz  
Haites*

Subsídios ao Investimento do Governo		
<b>Do Instituto de Segurança Social</b>		
Fundo Socorro Social – Construção ERPI	0,00	0,00
Fundo Socorro Social – Equipamentos ERPI	0,00	19 112,35
<b>Autarquias</b>		
Câmara Municipal de Santa Maria Feira	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>19 112,35</b>

## 11 - Imposto sobre o Rendimento

O imposto corrente contabilizado, no montante de 5 738,00€, corresponde ao valor a pagar durante o Mês de Janeiro e é referente a:

Descrição	2021	2020
Retenção s/ Rendimento Trabalho Dependente	5 738,00	4 728,00
Retenção s/Rendimentos Empresariais	70,78	38,00
<b>Total</b>	<b>5 808,78</b>	<b>4 766,00</b>

## 12 Benefícios dos empregados

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2021 foi de “67”.

A rubrica de “Gastos com o Pessoal”, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, é detalhada conforme se segue:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos Órgãos Sociais	0,00	0,00
Remunerações ao pessoal	717 841,84	640 571,18
Benefícios Pós-Emprego	0,00	0,00
Indemnizações	2 896,57	190,50
Encargos sobre as Remunerações	144 716,22	128 734,80
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	12 256,20	8 916,15
Gastos de ação social		1 650,00
Outros Gastos com o Pessoal	3 691,94	3 006,02
Remuneração de Outro Pessoal	18 156,34	10 617,77
<b>Total</b>	<b>899 559,11</b>	<b>793 686,42</b>

## 13 - Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Dando cumprimento ao estabelecido no Decreto-Lei 411/91, de 17 de Outubro, informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social encontra-se regularizada.

## 14 - Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

### 14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2021	2020
<b>Investimentos em subsidiárias</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em associadas</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos em entidades conjuntamente controladas</b>		
Método de Equivalência Patrimonial	0,00	0,00
Outros Métodos	0,00	0,00
<b>Investimentos noutras empresas</b>		
Outros invest. Financeiros – Fundos Compensação Trabalho	2 546,71	1 772,12
Outros invest. Financeiros – Fundos Reestruturação do Setor Solidário	852,01	852,01
Perdas por Imparidade Acumuladas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>3 398,72</b>	<b>2 624,13</b>

### 14.2 Fundadores/benem./patroc./doadores/associados..

A 31 de Dezembro de 2021 e 2020, estas contas apresentavam os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Fundadores/associados/membros – em curso	0,00	0,00
Doadores – em curso	0,00	0,00
Patrocinadores	0,00	0,00
Quotas	54,00	124,00
Financiamentos concedidos – Fundador/doador	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>54,00</b>	<b>124,00</b>
<b>Passivo</b>		
Fundadores/associados/membros – em curso	0,00	0,00
Financiamentos obtidos – Fundador/doador	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>

### 14.3 Clientes e Utentes

Para os períodos de 2021 e 2020, a rubrica “Clientes” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Clientes e Utentes c/c</b>		
Clientes	1 605,00	825,00
Utentes	24 212,06	22 120,02
<b>Clientes e Utentes títulos a receber</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	0,00	0,00
<b>Clientes e Utentes cobrança duvidosa</b>		
Clientes	0,00	0,00
Utentes	23 511,53	23 311,53
<b>Total</b>	<b>49 328,59</b>	<b>46 256,55</b>

Nos períodos de 2021 e 2020 estão registadas as seguintes “Perdas por Imparidade”:

Descrição	2021	2020
Clientes	0,00	0,00
Utentes	-23 411,55	-23 311,53
<b>Total</b>	<b>-23 411,55</b>	<b>-23 311,53</b>

### 14.4 Outros ativos correntes

A rubrica “Outras contas a receber” tinha, em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Fanning  
Hac 2021

Descrição	2021	2020
Remunerações a pagar ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos ao pessoal	0,00	0,00
Adiantamentos a Fornecedores de Investimentos	0,00	0,00
Devedores por acréscimos de rendimentos	0,00	436,00
Outras operações	0,00	0,00
Outros Devedores	12 539,52	13 049,34
Perdas por Imparidade	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>12 539,52</b>	<b>13 485,34</b>

#### 14.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2021 e 2020, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
<b>Gastos a Reconhecer</b>		
Prémios de Seguros Antecipados	6 105,93	9 331,74
Rendas Antecipadas	954,64	1 103,33
<b>Total</b>	<b>7 060,57</b>	<b>10 435,07</b>
<b>Rendimentos a Reconhecer</b>		
Rendimentos Faturados resp. exerc. Futuros	-4 142,01	-4 007,29
IEFP – Apoios a reconhecer	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>-4 142,01</b>	<b>-4 007,29</b>

#### 14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2021	2020
Caixa	979,29	850,33
Depósitos à ordem	233 439,83	242 760,88
Depósitos a prazo	0,00	0,00
Outros		
<b>Total</b>	<b>234 419,12</b>	<b>243 611,21</b>

#### 14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	313 419,99	0,00	00,00	<b>313 419,99</b>
Excedentes técnicos	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Reservas	0,00	0,00	0,00	<b>0,00</b>
Resultados transitados	226 885,96	37 095,54	0,00	<b>263 981,50</b>
Excedentes de revalorização	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais	1 577 221,22	0,00	(29 486,31)	<b>1 547 734,91</b>
<b>Total</b>	<b>2 117 527,17</b>	<b>37 095,54</b>	<b>(29 486,31)</b>	<b>2 125 136,40</b>

Quadro explicativo das contas incluídas na rubrica “outras variações nos fundos patrimoniais”:

Conta	Aumento	Redução	Saldo Final
Ajustamentos de transição	0,00	0,00	-18 073,50
Subsídio Seg. Social FSS-Obras	0,00	419,08	20 185,86
Subsídio Seg. Social FSS-Equipamentos	0,00	2 538,88	14 446,69
Subsídio Câmara Municipal-Obras	0,00	6 034,20	290 647,49
Subsídio Programa MASES	0,00	2 735,37	11 397,37
Subsídio Câmara Municipal-Viaturas	0,00	0,00	0,00
Subsídio Fundação A. Amorim	0,00	10 060,00	511 106,67
Doações	0,00	7 698,78	718 024,33
<b>Total:</b>	<b>0,00</b>	<b>29 486,31</b>	<b>1 547 734,91</b>

#### 14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Fornecedores c/c	61 278,80	92 092,65
Fornecedores títulos a pagar	0,00	0,00
Fornecedores faturas em receção e conferência	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>61 278,80</b>	<b>92 092,65</b>

#### 14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
<b>Ativo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	6 607,83	2 327,61
Outros Impostos e Taxas	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>6 607,83</b>	<b>2 327,61</b>

*Handwritten signature/initials*

Descrição	2021	2020
<b>Passivo</b>		
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC)	0,00	0,00
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	0,00	0,00
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	5 808,78	4 766,00
Segurança Social	30 073,53	30 942,44
Fundos compensação	140,40	82,19
Descontos Judiciais	434,09	737,82
<b>Total</b>	<b>36 456,80</b>	<b>36 528,45</b>

#### 14.10 Outros passivos correntes

A rubrica “Outras contas a pagar” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2021		2020	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
<b>Pessoal</b>				
Remunerações a pagar	0,00	21 598,48	0,00	23 342,44
Cauções	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras operações	0,00	4 571,83	0,00	12 827,80
Perdas por imparidade acumuladas	0,00	0,00	0,00	0,00
Fornecedores de Investimentos	0,00	36 358,97	0,00	86 849,82
Credores por acréscimo de gastos	0,00	147 583,29	0,00	123 288,80
<b>Outros credores</b>	<b>0,00</b>	<b>3 132,47</b>	<b>0,00</b>	<b>3 955,31</b>
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>213 245,04</b>	<b>0,00</b>	<b>250 264,17</b>

#### 14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2021 e 2020, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	679 803,48	686 796,28
Subsídios de outras entidades	0,00	0,00
Doações e heranças	7 385,00	10 791,02
Legados	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>687 188,48</b>	<b>697 587,30</b>

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

#### 14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos”, nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	7 318,98	6 873,17
Serviços especializados	49 960,71	50 444,06
Materiais	20 218,33	21 668,42
Energia e fluidos	69 534,11	61 522,20
Deslocações, estadas e transportes	3 505,57	2 110,78
Serviços diversos	59 360,02	55 127,35
Encargos com utentes	48 145,64	37 512,35
<b>Total</b>	<b>258 043,36</b>	<b>235 258,33</b>

#### 14.13 Outros rendimentos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos Suplementares	971,70	783,30
Descontos de pronto pagamento obtidos	40,21	6,60
Recuperação de dívidas a receber	0,00	0,00
Ganhos em inventários	797,01	670,32
Rendimentos e ganhos nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Rendimentos e ganhos em investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros rendimentos	8 501,15	5 505,70
<b>Imputação de subsídios para Investimentos</b>		
<b>Do Instituto de Segurança Social</b>		
Fundo Socorro Social – Construção ERPI	419,08	349,23
Fundo Socorro Social – Equipamentos ERPI	2 538,88	2 126,78
Programa Mases	2 735,37	2 279,48
<b>Autarquias</b>		
Câmara Municipal de Santa Maria Feira	6 034,20	5 028,50
<b>De outras entidades</b>		
Fundação Albertina Amorim	10 060,00	8 833,33
De outras entidades/particulares para construção ERPI	7 698,78	6 415,65
<b>Total</b>	<b>39 796,38</b>	<b>31 998,89</b>

#### 14.14 Outros gastos

A rubrica de “Outros gastos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	243,18	934,64
Descontos de pronto pagamento concedidos	0,00	0,00
Dívidas incobráveis	0,00	0,00
Perdas em inventários	0,00	0,00
Gastos e perdas nos restantes ativos financeiros	0,00	0,00
Gastos e perdas investimentos não financeiros	0,00	0,00
Outros Gastos	3 937,46	2 597,34
<b>Total</b>	<b>4 180,64</b>	<b>3 531,98</b>

#### 14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
<b>Juros e gastos similares suportados</b>		
Juros suportados	17 676,18	13 283,57
Diferenças de câmbio desfavoráveis	0,00	0,00
Outros gastos e perdas de financiamento	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>17 676,18</b>	<b>13 283,57</b>
<b>Juros e rendimentos similares obtidos</b>		
Juros obtidos	0,00	0,00
Dividendos obtidos	0,00	0,00
Outros Rendimentos similares	0,00	0,00
<b>Total</b>	<b>0,00</b>	<b>0,00</b>
<b>Resultados Financeiros</b>	<b>(17 676,18)</b>	<b>(13 283,57)</b>

#### 14.16 Provisões, passivos e ativos contingentes

Está a decorrer no Tribunal do Trabalho de Santa Maria da Feira, um processo instaurado por uma colaboradora, que reclama uma indemnização de €48 538,60 euros.



**14.17 Acontecimentos após data de Balanço**

Não são conhecidos outros eventos posteriores a 31 de dezembro de 2021 que possam influenciar a apresentação e interpretação das demonstrações financeiras reportadas a 31 de dezembro de 2021.

**Santa Maria Lamas, 30 de Abril de 2022.**

A Direção:



A Contabilista Certificada (C.C.-10041):



# **Associação de Bem Estar de Santa Maria de Lamas**

## **Relatório e Parecer do Conselho Fiscal**

**Ex.mos Associados,**

Nos termos das disposições legais e estatutárias, vimos apresentar o relatório da nossa ação fiscalizadora e o nosso parecer sobre os documentos referentes de prestação de contas apresentados pela Direção da Associação de Bem Estar de Santa Maria de Lamas, relativos ao exercício económico de 2021.

### **Relatório**

No desempenho das funções que nos estão atribuídas, acompanhámos a atividade da Associação através da análise das suas contas e dos princípios contabilísticos que lhes estão subjacentes. Realizaram-se contatos com elementos da Direção e com a Contabilista Certificada, que, com elevado espírito de colaboração, nos facultaram todos os elementos e esclarecimentos solicitados, o que nos apraz registar.

As Demonstrações Financeiras apresentadas comparadas com as do exercício económico anterior, refletem alterações pouco significativas, que estão devidamente esclarecidas no relatório de atividades e contas. Comparativamente com o resultado do exercício económico de 2020, é de realçar que o mesmo se manteve positivo e aumentou de 37.095,54 € para 43.392,42 €. Das alterações verificadas nas rúbricas de rendimentos e ganhos, destacámos o aumento dos valores dos serviços prestados. Por outro lado, nas principais rúbricas de gastos, os aumentos mais significativos verificaram-se nas rúbricas de fornecimentos e serviços externos e nos gastos com o pessoal, que refletem a variação do fluxo de colaboradores.

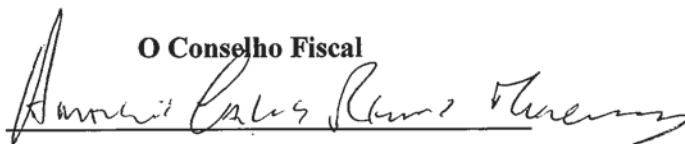
Em resultado do trabalho efetuado, é nossa convicção que as Demonstrações Financeiras que, neste caso, compreendem o Balanço, a Demonstração dos Resultados, a Demonstração dos Resultados por Valências, o Relatório de Gestão e o Anexo ao Balanço e Demonstração dos Resultados, são suficientemente esclarecedoras da situação atual da Associação e satisfazem as disposições legais e estatutárias.

### **Parecer**

Nesta conformidade, o Conselho Fiscal é de opinião que os documentos de prestação de contas apresentam de forma verdadeira e apropriada a atividade da Associação e refletem o atual património social e é de parecer que os associados:

- Aproveem o processo de prestação de contas do exercício económico de 2021 apresentado pela Direção;
- Aproveem a proposta de aplicação dos resultados contida no Relatório de Gestão;
- Procedam, conforme exigência legal, à apreciação geral da Direção e Fiscalização da Associação e dela tirem as respetivas conclusões.
- Aproveem que seja consignado um voto de louvor à Direção, extensivo a todos os colaboradores, pela dedicação e pelo empenho demonstrados.

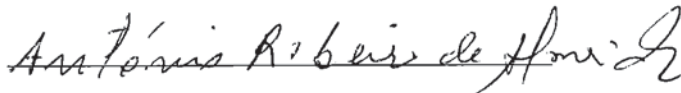
Santa Maria de Lamas, 18 de maio de 2022

**O Conselho Fiscal**  


(Dr. António Carlos Relvas Marques)

---

(Dr. Artur Pinto da Rocha)



(Prof. António Ribeiro Almeida)